



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Competitividade e Política Regulatória
Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade
Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

ATA DE REUNIÃO

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2023 DO GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL – GIPI

Realizada em 30 de agosto de 2023, às 10:00 horas, em ambiente híbrido (presencial/virtual).

Pauta

1. Abertura.

2. Informe:

2.1 Resolução GIPI nº 7, de que institui o Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial.

2.2 Andamento do processo de solicitação de inclusão de novos membros no GIPI .

2.3 Apresentação do INPI sobre evoluções recentes no Plano de Redução do Tempo de Exame de Patentes.

3. Deliberações:

3.1 Minuta de Resolução que aprova o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual para o biênio de 2023-2025.

4. Informes finais.

Ata

1. Abertura.

A Presidente do GIPI e Secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Andrea Macera, abriu a reunião confirmando o quórum necessário de membros do GIPI para deliberação. Em seguida, deu as boas-vindas a todos , registrando a presença dos novos membros do colegiado. Destacou e agradeceu o engajamento de outros órgãos de governo, de entidades privadas e organizações, além das instituições da sociedade civil na Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.

Informou que foi publicada nova portaria de designação membros do GIPI, para formalizar a alteração da titularidade do MJSP, do MMA e do MAPA.

Enfatizou a relevância da reunião extraordinária, dada a deliberação sobre o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual para o biênio de 2023-2025.

2. Informes:

2.1 Resolução GIPI nº 7, de que institui o Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial.

A Secretária anunciou a publicação, no dia 8 de agosto, da Resolução GIPI nº 7, que tem a finalidade de coordenar a seleção, a produção e a difusão de estudos, pesquisas, informações e conhecimento para subsídio a políticas públicas, programas, projetos e ações pertinentes à atuação do governo federal no tema de propriedade industrial e à implementação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.

Informou que foram recebidas as indicações para a composição do grupo, a ser coordenado pelo INPI, que será formalizado por portaria e terá 30 dias para elaborar seu plano de trabalho e cronograma de atividades.

A Secretaria-Executiva do GIPI informará os membros sobre todas as atividades do GTIPI.

2.2 Andamento do processo de solicitação de inclusão de novos membros no GIPI.

A Secretária agradeceu a todos o envio da manifestação de anuência para a inclusão de novos membros, a fim de atender demanda da Casa Civil, em adição ao registro em ata, e informou que o decreto está em vias de ser publicado.

2.3 Apresentação do INPI sobre evoluções recentes no Plano de Redução do Tempo de Exame de Patentes.

Anexo II - Apresentação INPI (37075471).

Resumidamente, o Presidente do INPI apresentou algumas estatísticas operacionais e administrativas da autarquia, destacando evoluções recentes, projeções e as condições necessárias para se atingir as metas definidas para tempo de exame de patentes e marcas.

3. Deliberações:

3.1 Minuta de Resolução que aprova o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual para o biênio de 2023-2025.

A Secretária Andrea Macera agradeceu os esforços e participação ativa de todas as instituições públicas e da sociedade civil que contribuíram com entregas para a formulação desse Plano de Ação 2023-2025 e a realização da Tomada Pública de Subsídios - TPS e da oficina virtual.

A Secretária lembrou que, uma vez aprovado o Plano de Ação, há previsão de revisão de 12 meses, oportunidade de incluir novas entregas e fazer eventuais ajustes, se necessário.

Informou, ainda, que está previsto para o início de dezembro o lançamento da política industrial em elaboração pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI, a partir das missões definidas, sendo a propriedade intelectual uma ferramenta estratégica que pode apoiar o alcance de tais missões. Assim, a depender do resultado dos trabalhos do CNDI, pode ser que novas Entregas sejam propostas nessa revisão do Plano. Destacou, ainda, que o mesmo pode ocorrer como reflexo da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Secretária então passou a palavra para a Coordenadora de Propriedade Intelectual da SCPR/MDIC, Natália Ruschel, que fez a apresentação do Plano de Ação 2023-2025 (vide Anexo III – Apresentação Plenária SE/GIPI, SEI 37075552).

Após a apresentação, a Secretária Andrea Macera abriu a palavra aos presentes.

Gustavo Moraes, representando a ABPI, parabenizou o trabalho feito e expressou algumas dúvidas pontuais. Sobre o Eixo 3, Ação 2.8 (entrega ABIFINA), indagou sobre como o Ministério da Saúde (MS) iria interpretar os dados no que se refere à questão de vigência e ao escopo de patentes farmacêuticas, e sugeriu que o MS tenha equipe interna para avaliar os dados resultantes das entregas.

Marcelo Ramos, representante titular do MS perante o GIPI, falou primeiramente sobre a modificação feita na entrega do MS (Eixo 1, Ação 5.1), sobre a criação de um grupo técnico com o objetivo de propor mecanismos de incentivo à inovação, que originariamente referia-se ao Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde - GECEIS, mas que, por enquanto, seria criado grupo no âmbito do Ministério da Saúde, considerando que o GECEIS ainda não havia se reunido e estaria pendente de articulação para tal.

Luciene Amaral, representante suplente do Ministério da Saúde, destacou que, em relação à proposta da ABIFINA, o MS não tem uma equipe muito grande, mas possui capacidade de avaliar a proposta, que parece relevante.

Gustavo Moraes agradeceu a resposta e ofereceu a ajuda da ABPI e as bases de dados dos detentores de patentes para auxiliar nessa questão. Em seguida, destacou o Eixo 6, Ação 1.1, e expressou dúvidas sobre

como será operacionalizado.

Natalia Ruschel destacou que há diversos materiais sendo produzidos como entregas do Plano de Ação, cabe ao órgão decidir como serão utilizadas as informações (neste caso, o Ministério da Saúde).

Gustavo Morais pediu que a plataforma e seus dados sejam disponibilizados ao público. A Coordenadora explicou que todas as entregas inseridas no Plano de Ação têm como condição serem públicas e acessíveis ou serem direcionadas ao governo para aprimoramento de atividades administrativas ou de serviços públicos

Gabriel Di Blasi e Álvaro Loureiro de Oliveira, também colocaram a ABAPI à disposição para cooperar e ajudar para disponibilização das bases.

Ainda sobre o assunto, João Pedro Valentim Bastos, da FarmaBrasil, pediu a palavra e esclareceu que o projeto está sendo desenvolvido em cooperação técnica com o INPI e deverá ser consolidado para o GIPI utilizar da melhor forma. Destacou que a plataforma está sendo construída com base em acesso a dados públicos do INPI e da Receita Federal. Adriana Diaféria, também da FarmaBrasil, destacou a importância do uso das bases de dados disponíveis para a formulação de políticas públicas. Disse acreditar que será uma construção muito efetiva e que pode derivar um conjunto de ações bastante relevantes para a consolidação das próximas etapas dos trabalhos do GIPI. A representante do MS comentou que precisam dessa união das entidades para que juntas contribuam nessa entrega.

A Dra. Caroline Tauk, Juíza Federal do TRF da 2ª Região, se dispôs a produzir um BI com informações do DataJud sobre pedidos de patentes judicializados. O presidente do INPI, Sr. Júlio César Castelo Branco, externou o interesse do INPI no acesso a essa informação, inclusive para endereçar a questão da judicialização da propriedade intelectual no Brasil. Natália Ruschel sugeriu que essa iniciativa seja uma continuidade da entrega prevista de estudos sobre litigância.

Ana Carolina Cagnoni, representante da Interfarma, se colocou à disposição para contribuir para a entrega do Eixo 6, Ação 1.1. Comentou, ainda, que algumas sugestões que a Interfarma submeteu não entraram no Plano. Sobre a fala da Dra. Caroline, destacou que a judicialização da propriedade intelectual não se resume a um tribunal ou uma justiça. Dificilmente o panorama do Judiciário será capturado pela amostragem.

A Dra. Caroline Tauk, explicou que o Datajud abarca todos os tribunais e sua proposta seria iniciar com informações do TRF2 e depois ampliar para os demais tribunais.

Natalia Ruschel esclareceu que foram consideradas apenas as propostas passíveis de gerar algum impacto social/benefício público.

A Sra. Ana Carolina, da Interfarma, sugeriu, adicionalmente, a criação de um grupo técnico específico para discussão da conveniência e da oportunidade para o país mudar a legislação que protege dossiês de testes clínicos para produtos farmacêuticos de uso humano.

A Diretora do DEPIQ/SCPR/MDIC e Secretária Executiva do GIPI, Sra. Juliana Pires, ponderou que o tema seria afeto também a outros colegiados, como o CNDI e o GECEIS, e sugeriu encaminhamento dos estudos produzidos sobre o tema para que considerem a discussão sobre esse tema no âmbito desses colegiados e/ou em conjunto com o GIPI, haja vista as implicações da matéria que transcendem o escopo da propriedade intelectual. Reiterou compromisso enquanto MDIC com o envio dos estudos para a Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, que representa o Ministério no GECEIS.

Pra finalizar sua apresentação, além da alteração sugerida pelo Ministério da Saúde na minuta da resolução (eixo 1, ação 5.1.), a Sra. Natalia Ruschel indicou que foram recebidos dois pedidos de alteração em entregas da ABIFINA e um pedido do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para inclusão de uma nova entrega, em função da necessidade de fomentar a relação entre ICTs e empresas sobre a melhoria da gestão da política de inovação de ICTs, incluindo a gestão de Propriedade Intelectual e a transferência de tecnologia. Conforme indicado pela Senhora Denise Pereira, representante suplente do MCTI, a nova entrega do MCTI, incluída na minuta a ser deliberada, encontra-se no Eixo 1, Ação 1.3 ("Eventos para estimular o incremento de ICTs com política de inovação implementada e a constituição de Núcleos de Inovação Tecnológica para melhoria da gestão da política de inovação das ICTs, incluindo a gestão da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia.") Ana Torkomian, representante do FORTEC, manifestou a disposição da instituição em contribuir com a atividade proposta pelo MCTI.

O Sr. Francisco Carvalheira, Diretor de Regulação em Direitos Autorais do Ministério da Cultura (Minc) e representante titular do órgão no GIPI registrou o desconforto do Ministério da Cultura no que tange a direitos autorais, no Decreto da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, visto não estar alinhado às diretrizes da atual gestão, e por esse motivo optou por não propor entregas para o Plano de Ação 2023-2025. Para citar alguns exemplos, na parte de cooperação internacional entre escritórios de direitos de autor, entende que falta uma visão sobre a equidade na distribuição dos direitos autorais, especialmente sobre plataformas digitais. A visão também sobre a reforma de marcos domésticos na área de direitos do autor não estaria adequada. Solicitou, então, que se realizasse uma revisão do referido decreto ainda no segundo semestre de 2023.

A Secretária Andrea Macera solicitou ao Ministério da Cultura o encaminhamento formal das propostas de alteração do Decreto da ENPI e sugeriu que o grupo discutisse a revisão do decreto antes da revisão dos 12 meses do Plano de Ação.

Encerradas as discussões, a Secretária Macera colocou a minuta de Resolução em deliberação. **A minuta de Resolução foi aprovada por unanimidade.**

4. Informes finais.

Aprovada a minuta, a Secretária informou que a Secretaria Executiva do GIPI daria encaminhamento aos trâmites processuais para a publicação da Resolução GIPI, que aprova o Plano de Ação, e encaminharia aos membros.

Para monitoramento e acompanhamento da execução das entregas previstas no Plano, a Secretaria Executiva do GIPI irá organizar reunião de alinhamento com os pontos focais a serem indicados por cada órgão ou entidade coordenadora das entregas.

Quanto às deliberações realizadas na última reunião do GIPI para encaminhamentos relacionados ao Grupo Técnico sobre normativos de PI, informou que estar trabalhando prioritariamente na elaboração de Tomadas Públicas de Subsídios e Consultas Públicas sobre normas de patentes e marcas. Quando abertas, os membros do GIPI serão devidamente comunicados.

Agradeceu novamente a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

Anexos

1. Lista de Presença;
2. Apresentação do INPI (37075471);
3. Apresentação da Minuta de Resolução que aprova o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual para o biênio de 2023-2025 (Apresentação Plenária SE/GIPI 37075552).

ANDREA PEREIRA MACERA

Presidente do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

ANEXO1- LISTA DE PRESENÇA

MEMBROS DO GIPI

NOME	ÓRGÃO
-------------	--------------

Andrea Pereira Macera	Titular, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) Presidente do GIPI
Juliana Ghizzi Pires	Suplente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) Secretária Executiva do GIPI
Bruno de Carvalho Duarte	Titular, Casa Civil/PR
Camila Unis Krepsky	Suplente, Casa Civil/PR
Andrey Lucas Macedo Correa	Titular, Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
Alessandro Cruvinel	Titular, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
Letícia Piancastelli Siqueira Brina	Suplente, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Leonardo dos Reis Santana	Suplente, Ministério das Relações Exteriores (MRE)
José Afonso Cosmo Júnior	Titular, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Denise de Almeida Pereira	Suplente, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Francisco Carvalheira Neto	Titular, Ministério da Cultura (Minc)
Marcelo Ramos	Titular, Ministério da Saúde (MS)
Luciene Amaral	Suplente, Ministério da Saúde (MS)
Daniel Brandão Cavalcanti	Titular, Ministério das Comunicações (MCom)
William Ivo Koshevnikoff Zambelli	Suplente, Ministério das Comunicações (MCom)

CONVIDADOS - ÓRGÃOS DE GOVERNO

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE
Júlio Castelo Branco	Presidente do INPI
Michele Sedrez	INPI
Cláudio Magalhães	INPI
Antonio Correa	INPI
Bernardo Bemvindo	INPI
Camila Chaves	INPI
Henry Pfeiffer	MRE
Cel Wlasmir Cavalcanti de Santana	Ministério da Defesa (MD)
Stefania Palma Araujo	MAPA
Caroline Tauk	Justiça Federal RJ
Carolina Exposito Miranda Cavalcanti	MinC
Everaldo França	MinC
Jussana Cristina de Abreu	ANVISA
Luciana Magri	MEC
Pierry Teza	MEC

Adi Balbinot Junior	Capes/MEC
Humberto Cunha	CADE
Ricardo Castro	CADE
Miguel Carvalho	MDIC
Natália Semeria Ruschel	MDIC
Sara de Sousa Coutinho	MDIC
Andréa Gomes Stelet	MDIC
Stênio Moraes Gonçalves	MDIC
Fernando Cassibi	MDIC
Vivianne Cardoso Banasiak	MDIC
Kélvia Albuquerque	MDIC
Felipe Mangini Correa	MDIC

CONVIDADOS – SOCIEDADE CIVIL

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE
Adriana Diaféria	Grupo Farmabrazil
Alice de Perdigao Lana	InternetLab
Ana Carolina Almeida	Anpei
Ana Carolina Cagnoni	Interfarma
Ana Oliveira	Abifina
Ana Torkomian	FORTEC
Beatriz Siqueira	Progenericos
Cândida Ribeiro Caffé	Dannemann Siemsen
Daniel Adensohn	Ricci Advs / ASPI
Felipe Senna	CQSFV
Gabriel Leonardos	ABAPI
Janaina da Silva Stein	CNI
João Pedro Valentim Bastos	Farmabrazil
Karina Haidar Muller	MommaLaw
Laura Maldonado	
Leticia Khater Covesi	Progenéricos
Louis Lozouet	ICC Brasil
Maria Luiza Silveira	Croplife
Marina Zimmermann	CNA
Ricardo Lobato Torres	UFPR

Patrícia Fernandes de Carvalho	CNI
Paula Mena Barreto	Campos Mello Advogados
Peter Eduardo Siemsen	Dannemann Siemsen
Renata Lisboa	Lisboa IP
Soraya Imbassahy de Mello	ASPI
Gustavo de Freitas Moraes	ABAPI
Tawany Alves	Grupo Farmabrazil
Tiago Pereira – CNA	CNA
Victor Pavarin Tavares	InternetLab
Gabriel Di Blasi	ABAPI
Álvaro Loureiro Oliveira	ABAPI
Samantha Ferreira e Cunha	CNI
Paula Soares	CNI
Eduardo Hallak	Licks Attorneys



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Pereira Macera, Secretário(a)**, em 19/09/2023, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37040176** e o código CRC **DOAE750E**.

Implementação do Plano de Redução do tempo de exame INPI

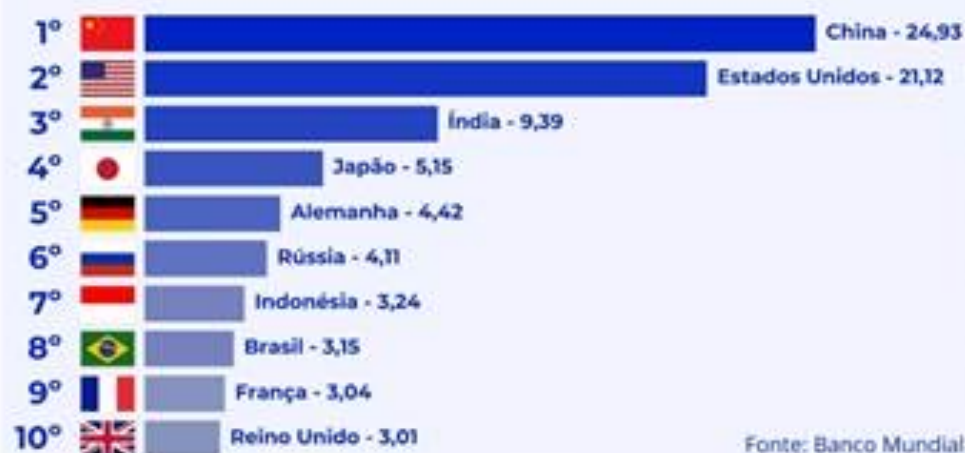
Júlio Moreira

Brasília, 29 de agosto de 2023

RANKINGS: PIB x PEDIDOS DE PATENTES DE RESIDENTES

Ranking das Maiores Economias do Mundo (PPC) - 2021

em trilhões de dólares



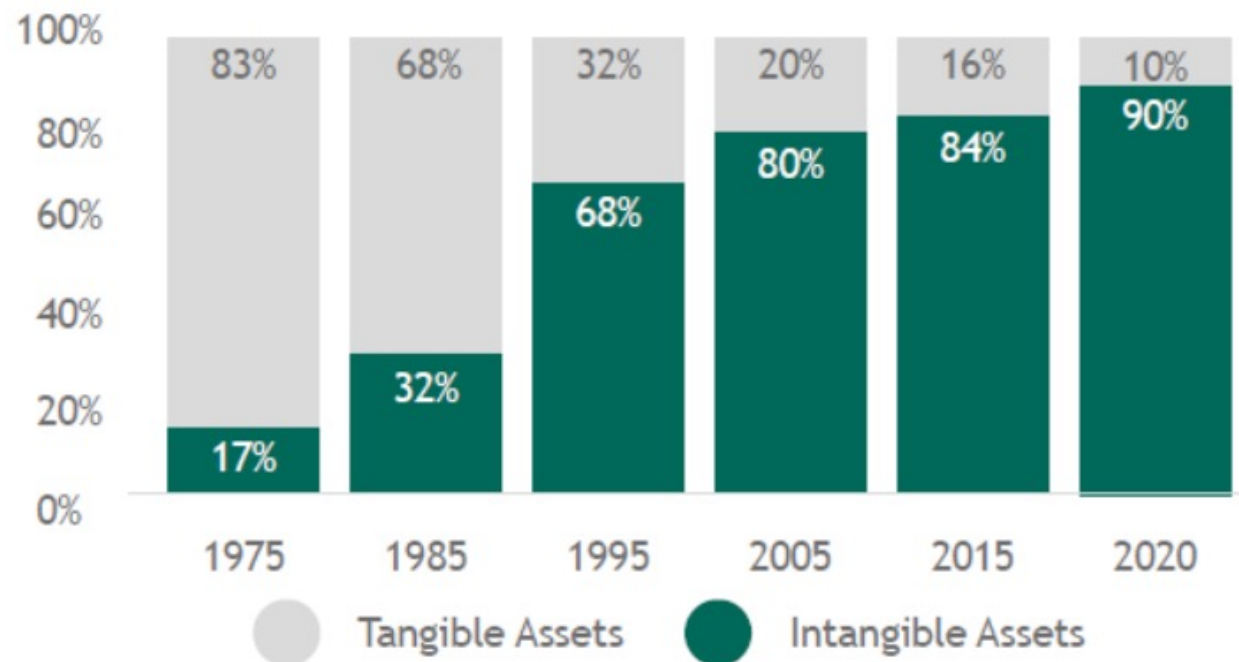
Pedidos de Patentes* de Residentes por 100 Bilhões de Dólares (PPC) - 2021



NO ANO DE 2021, O BRASIL ASSUMIU A 8ª POSIÇÃO NO RANKING DE PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPC), PARA QUE O BRASIL ASSUMISSE A MESMA COLOCAÇÃO NO RANKING DE PEDIDOS DE PATENTES DE INVENÇÃO DE RESIDENTES POR 100 BILHÕES DE DOLÁRES DE 2021, SERIA NECESSÁRIO PASSAR DE 4.666 PARA **37.900 (8 VEZES MAIS)** PEDIDOS DE PATENTES DE INVENÇÃO DE RESIDENTES.

O ativo intangível como protagonista na economia do conhecimento

Components of S&P 500 market value



Source: Ocean Tomo, LLC intangible asset market value study, 2020

Fonte: Ocean Tomo (<https://www.evelyn.com/insights-and-events/insights/human-capital-is-indeed-capital/>)

INDICADORES E METAS:

INDICADOR DE DESEMPENHO	LINHA DE BASE	META 2026
Conformidade na revisão da qualidade do exame (Categoria 1*)	-	Em Construção
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de patentes (contado a partir da data do depósito)**	6,9 anos	2,0 anos
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro marca <u>sem</u> oposição (contado a partir do depósito do pedido para 1º exame)	10 meses	1 mês
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro de marcas <u>com</u> oposição (contada a partir da publicação do pedido, após o 1º exame)	16 meses	7 meses
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro de desenho industriais	3,7 meses	3,5 meses

OBJETIVOS ESTRATÉGICO 1. Otimizar qualidade e agilidade na concessão e registro de direitos de propriedade industrial, alcançando padrões de desempenho de referência internacional.

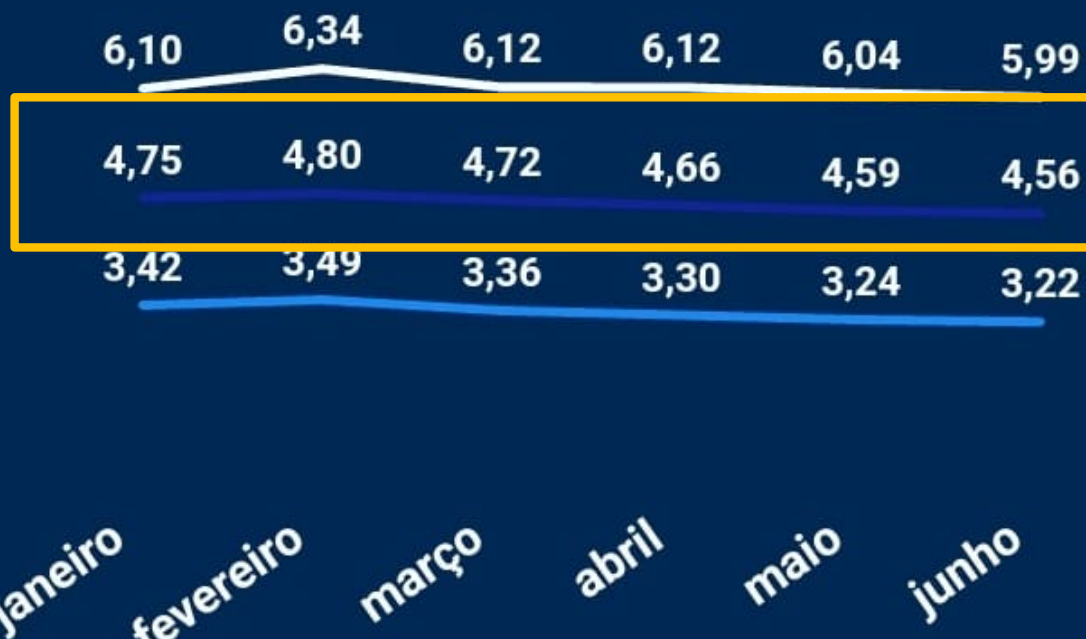
Indicadores de desempenho de PATENTES

INDICADOR DE DESEMPENHO	RESULTADO 2022	META 2023
Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes	32.440	27.000
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes (contado a partir da data do depósito)	6,9 anos	6,5 anos
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes (contado a partir da data do pedido de exame – inclui backlog residual de 2016)	3,9 anos	3,7 anos
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Exame Prioritário de Patentes (contado a partir do requerimento de priorização)	8,1 meses	8,0 meses

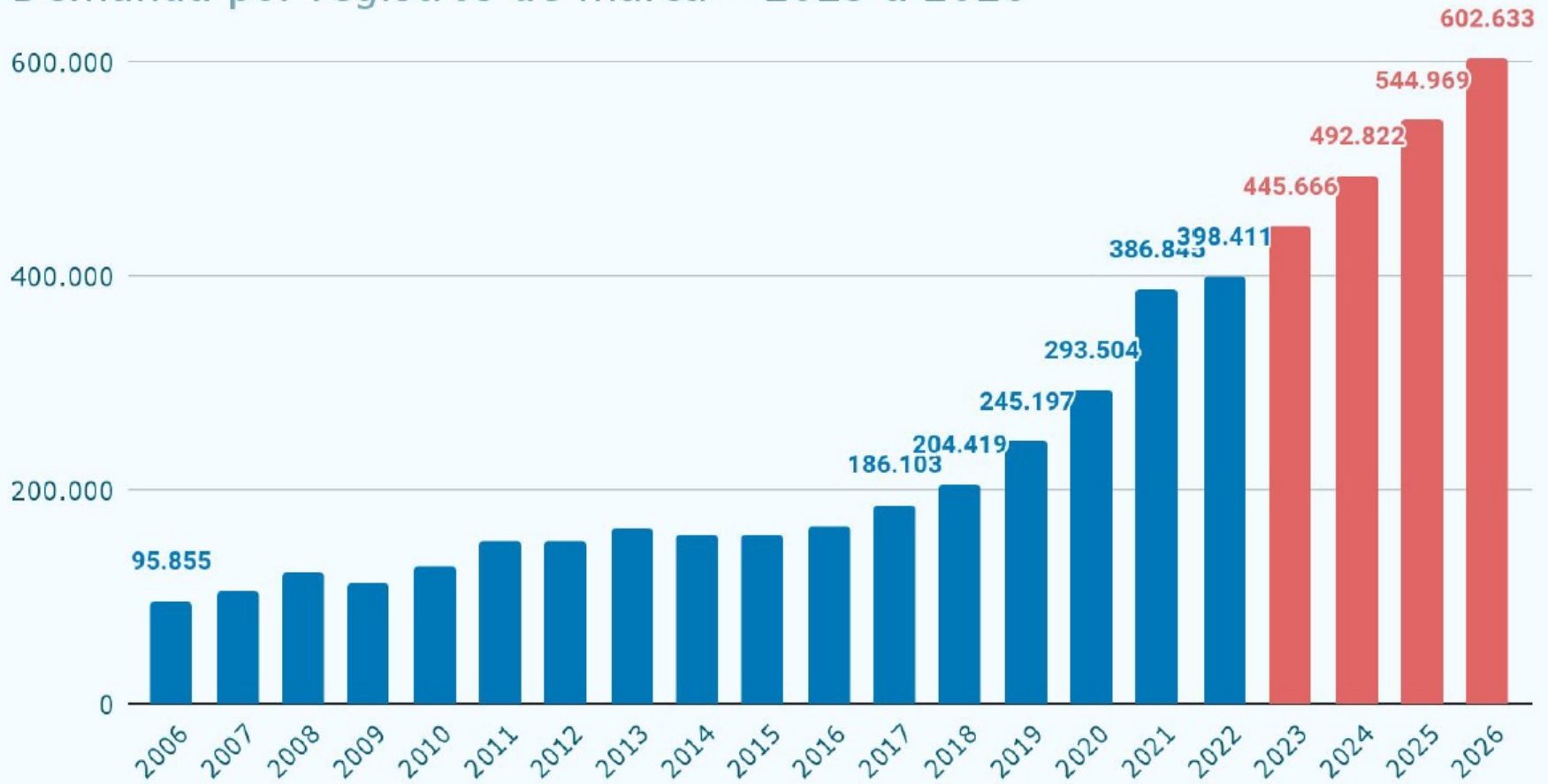
TEMPO DE DECISÃO A PARTIR DA ENTRADA EM FASE NACIONAL - 2023

Tempo para Decisão

● do Pedido de Exame ● do Protocolo ● do Depósito



Demanda por registros de marca – 2023 a 2026



Projeção do tempo (meses) até a decisão do pedido de registro de marca – Sem recomposição da Força de Trabalho





Cenário da capacidade de exame técnico de marcas em 1 ano

Ano da simulação: 2024

40 tecnologistas

Sem adicional de produtividade do
Programa de Gestão de Desempenho
(PGD)

90% do tempo dedicado ao exame de
pedidos SEM oposição (1 ponto)

10% do tempo dedicado ao exame de
pedidos COM oposição (2,5 pontos)

Já capacitados e com delegação de
competência (sem necessidade de
supervisão)



Parâmetros de tempo para 2024

251 Dias úteis

22 Dias de férias

12,4 Consultas e licenças médicas (média)

3,4 Dias de indisponibilidade de sistemas

213,2 Dias líquidos de trabalho

213,2 Dias úteis líquidos

5 dias de capacitação

20,9 dias de outras atividades de trabalho
(reuniões de trabalho, ações de
desenvolvimento de equipes, avaliação de
desempenho individual etc)

192,3 Dias úteis no exame técnico*

* 90,2% do tempo bruto
(acima do parâmetro utilizado no DFT)



Produtividade e Produção de 40 examinadores de marcas em 1 ano

Exame SEM oposição (90% do tempo)

17 despachos por dia (1 ponto)

117.684 despachos

107.092 decisões de exame técnico *

Exame COM oposição (10% do tempo)

6,8 despachos por dia (2,5 pontos)

4.628 despachos em 1 ano

4.211 decisões de exame técnico *

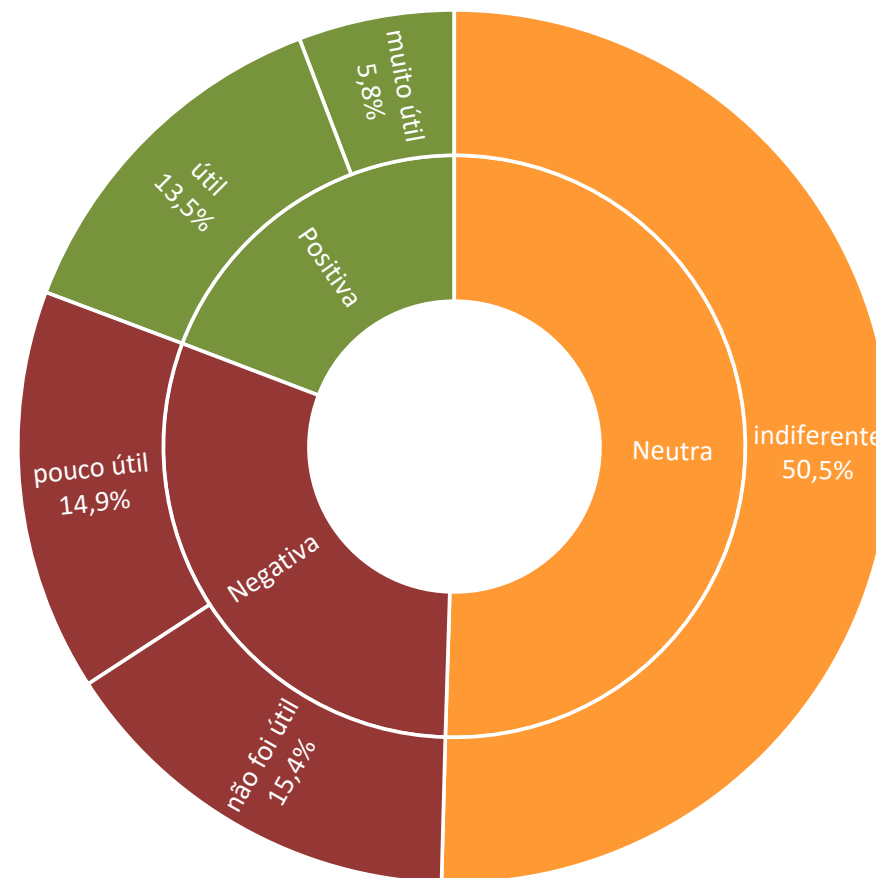
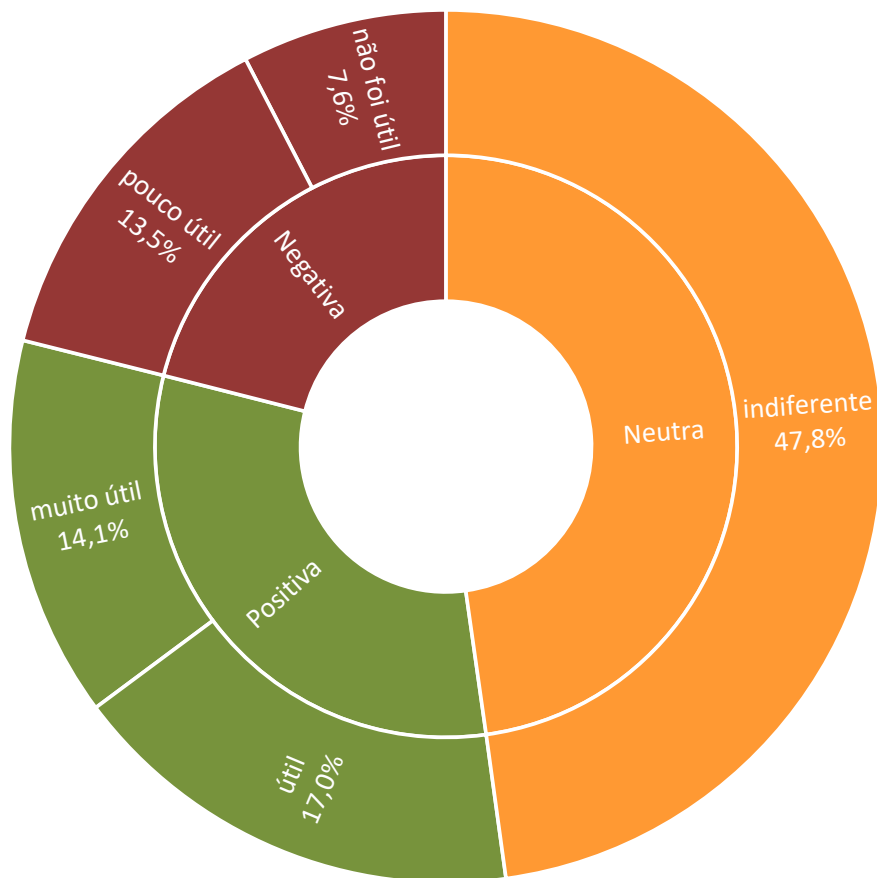
Total: **111.303** decisões de exame técnico em um ano

2.782,6 decisões por examinador em um ano *

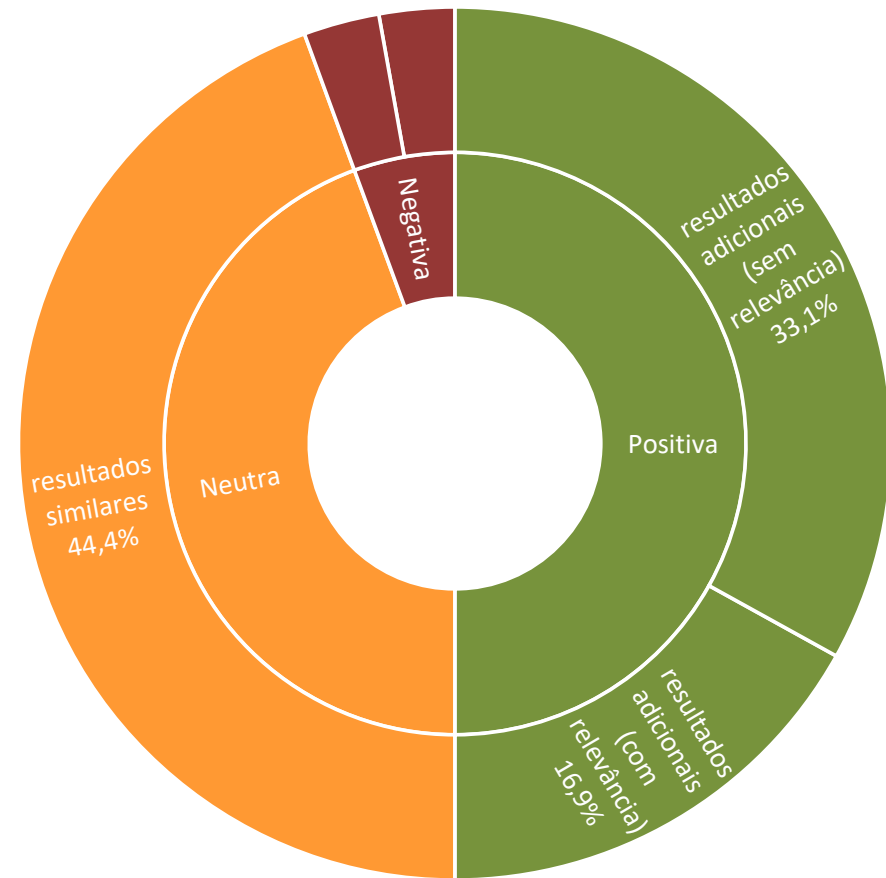
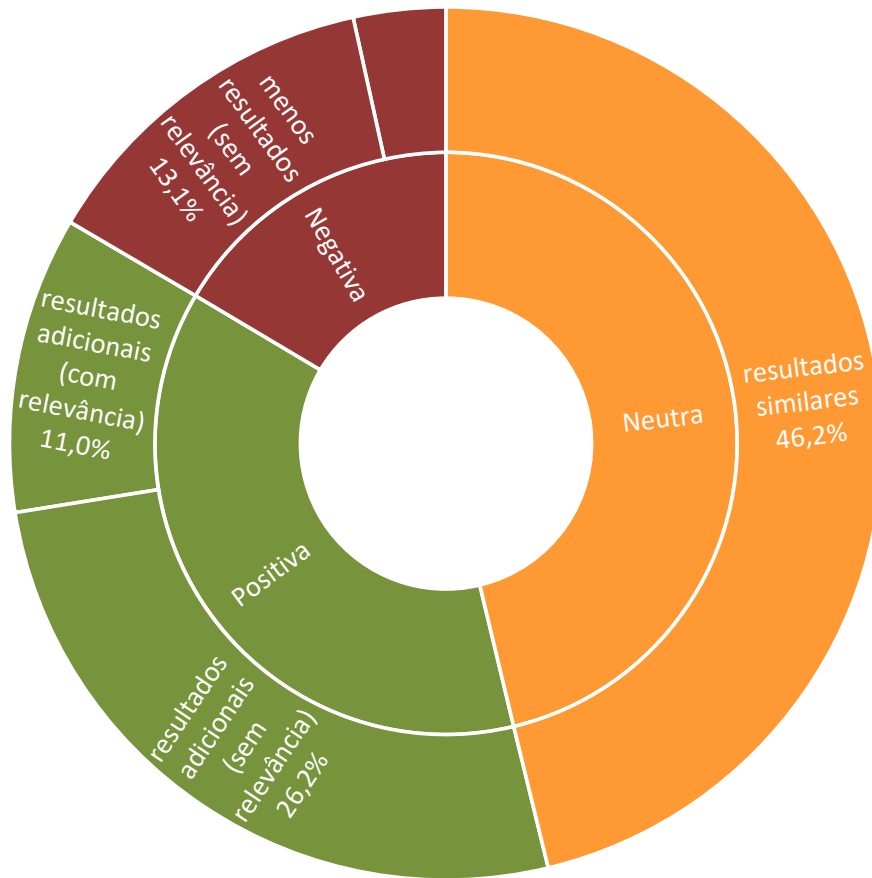
3.057,8 despachos por examinador em um ano

* 91% do total de despachos

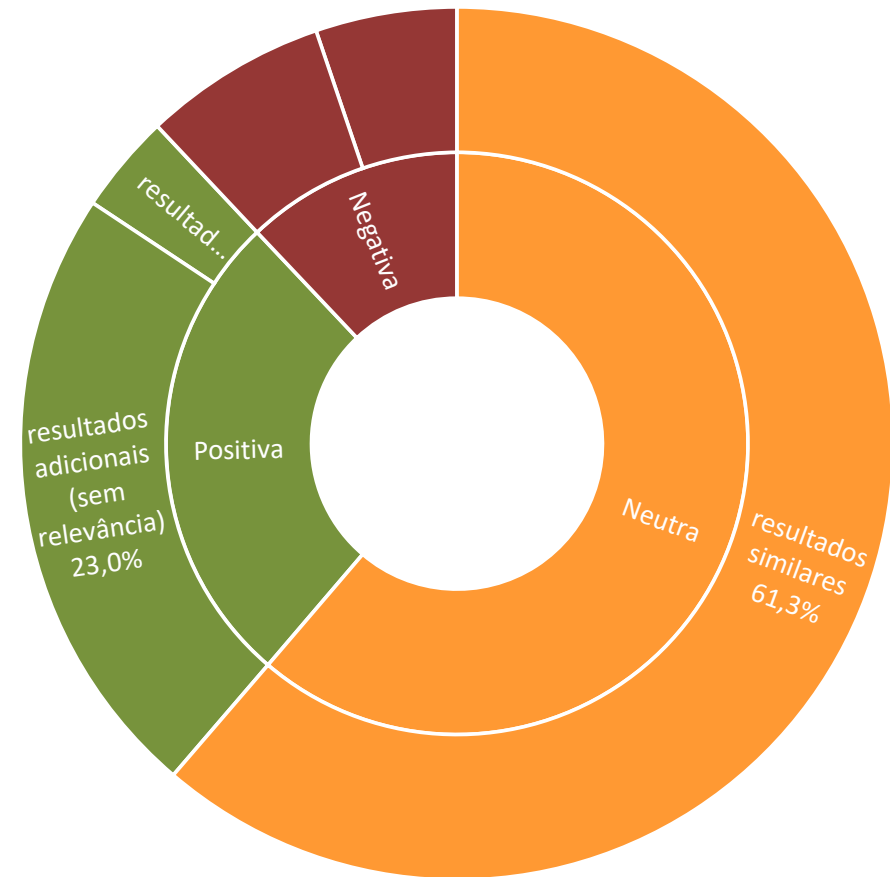
Avaliação geral das ferramentas



Avaliação busca por Imagem



Avaliação busca nominativa



Obrigado!

julioibr@inpi.gov.br
www.gov.br/INPI/pt-br

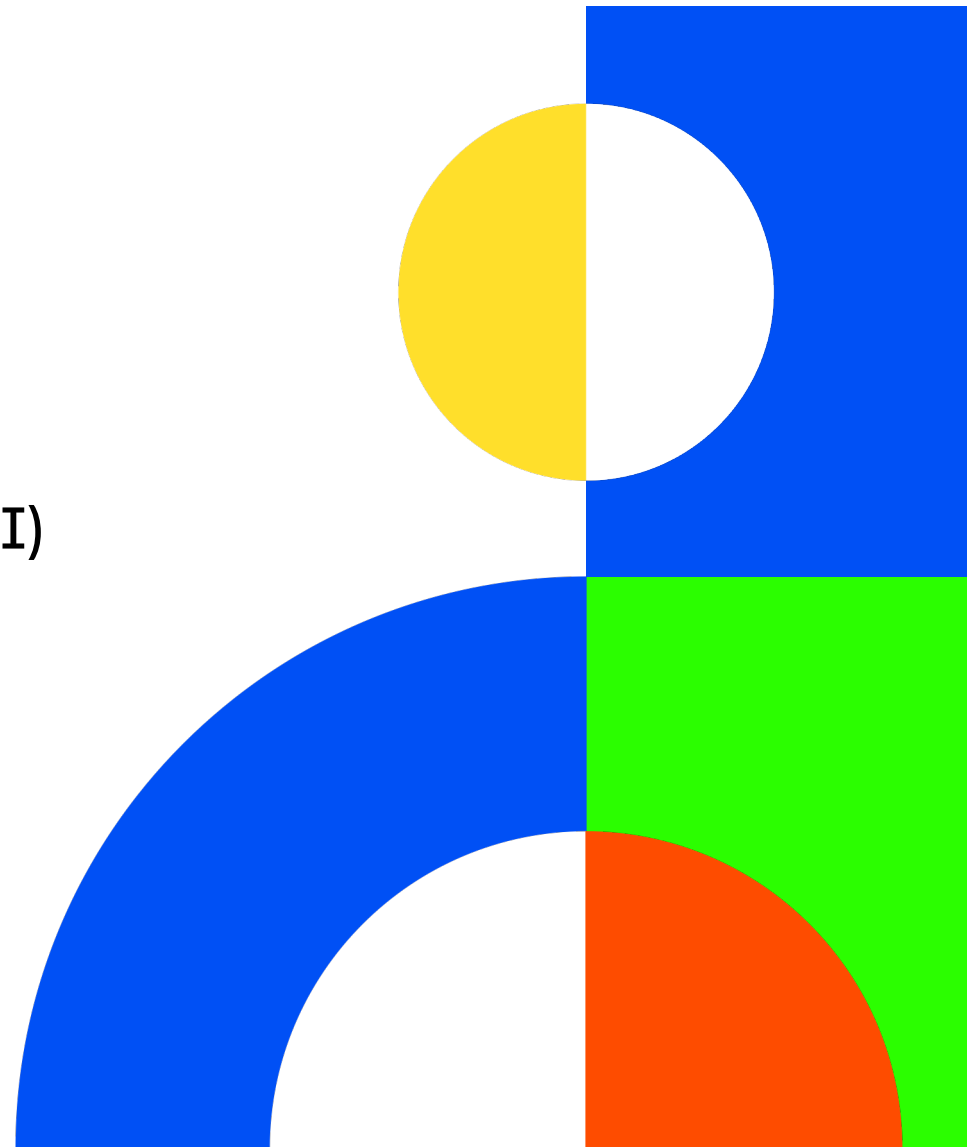
1ª Reunião Extraordinária

Grupo Interministerial de
Propriedade Intelectual (GIPI)

30 DE AGOSTO DE 2023

GRUPO INTERMINISTERIAL DE
PROPRIEDADE INTELECTUAL

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
COMÉRCIO E SERVIÇOS



PAUTA

1. Abertura.

2. Informes:

2.1 Resolução GIPI nº 7, de que institui o Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial.

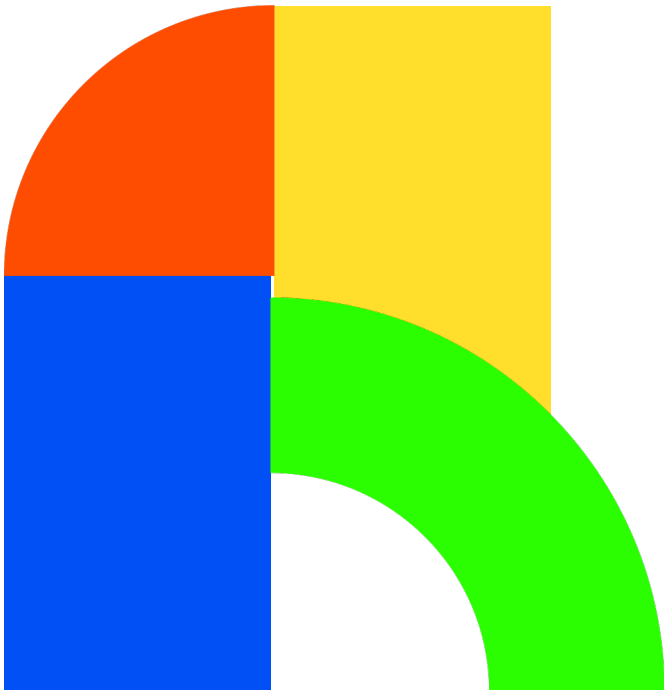
2.2 Andamento do processo de solicitação de inclusão de novos membros no GIPI.

2.3 Apresentação INPI - Implementação do plano de redução do tempo de exame

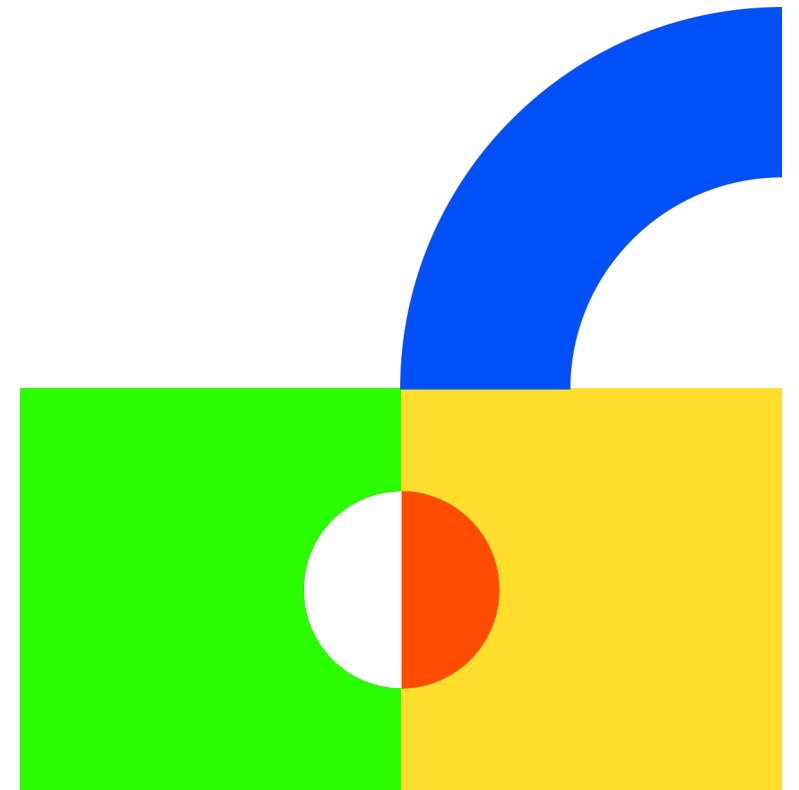
3. Deliberações:

3.1 Minuta de Resolução que aprova o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual para o biênio de 2023-2025.

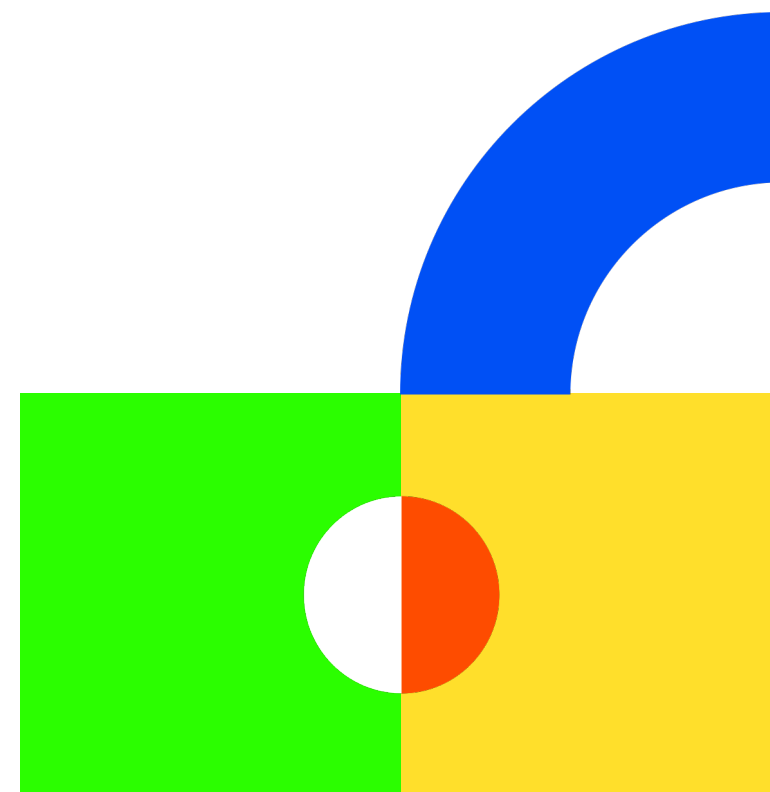
4. Informes finais.

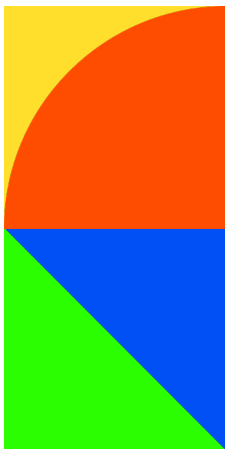


2.3. APRESENTAÇÃO DO INPI



3. DELIBERAÇÕES






3. MINUTA DE RESOLUÇÃO GIPI QUE APROVA O PLANO DE AÇÃO 2023–2025 DA ENPI

➤ **Desafios e oportunidades no processo de elaboração**

- Transição de governo
- Diretrizes e agendas
- Engajamento e planeamento
- Novos membros
- Aprendizados e simplificação
- Atualização de dados e estudos - indicadores

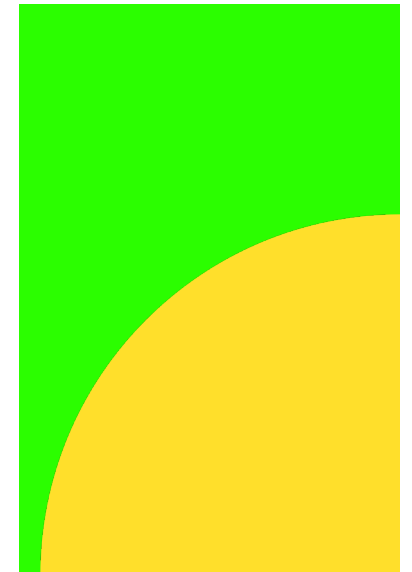
➤ **Participação social**

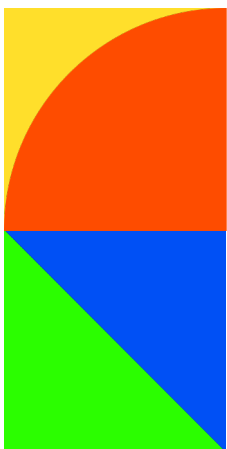
- Instituições da sociedade civil do GIPI
- Parceiros
- Tomada Pública de Subsídios
- Oficina aberta Sociedade Civil



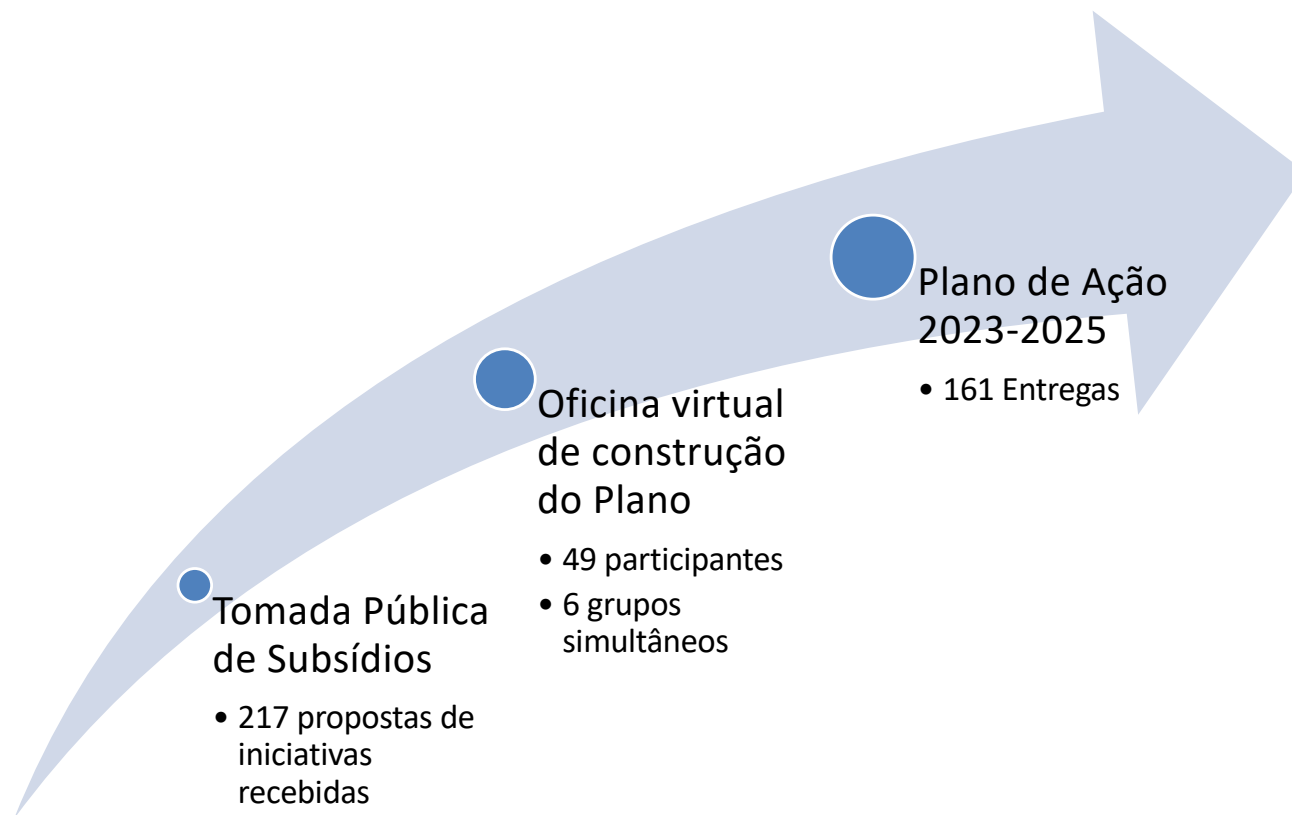
3. MINUTA DE RESOLUÇÃO GIPI QUE APROVA O PLANO DE AÇÃO 2023-2025 DA ENPI

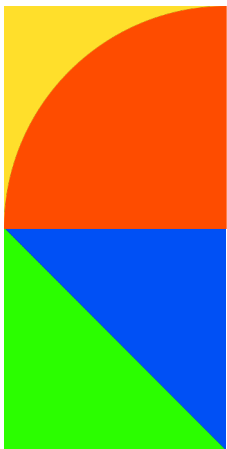
- **Priorização das ações e respectivas entregas**
 - Plano Plurianual (PPA 2024-2027)
 - Agendas institucionais
 - Capacidade de planejamento e execução
 - Disponibilidade de parcerias
 - Engajamento de entidades públicas e privadas interessadas (CADE, AGU, CGU, CNJ, SEBRAE, associações)
 - Sustentabilidade, diversidade e inclusão, educação, CNDI
- **Ações continuadas e descontinuadas**
- **Avaliação do Plano de Ação 2021-2023**





3. MINUTA DE RESOLUÇÃO GIPI QUE APROVA O PLANO DE AÇÃO 2023-2025 DA ENPI





3. MINUTA DE RESOLUÇÃO GIPI QUE APROVA O PLANO DE AÇÃO 2023–2025 DA ENPI

63

Ações do Decreto da ENPI

161


Entregas

18

Órgãos de governo da adm. direta e indireta
(executivo e judiciário)

11

Entidades da sociedade civil



3. MINUTA DE RESOLUÇÃO GIPI QUE APROVA O PLANO DE AÇÃO 2023–2025 DA ENPI

Mais parcerias

Políticas públicas

Agentes externos relevantes

Educação

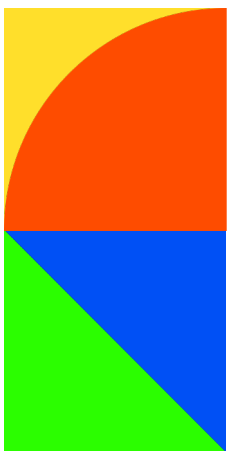
Ampliação de programas

Reconhecimento

Novos programas e projetos

Sinergia





3. MINUTA DE RESOLUÇÃO GIPI QUE APROVA O PLANO DE AÇÃO 2023–2025 DA ENPI

	AÇÕES	ENTREGAS
Eixo 1: Propriedade intelectual para a competitividade e o desenvolvimento	11	39
Eixo 2: Disseminação, formação e capacitação em propriedade intelectual	14	42
Eixo 3: Governança e fortalecimento institucional	13	31
Eixo 4: Modernização dos marcos legais e infralegais	5	9
Eixo 5: Observância e segurança jurídica	8	13
Eixo 6: Inteligência e visão de futuro	4	8
Eixo 7: Inserção do Brasil no sistema global de PI	8	19
	63	161

Perfil geral das entregas

EIXO 1 - Competitividade e Desenvolvimento

Mentorias e sensibilização aplicadas a empresas, NITs e ICTs (workshop/material)

GTIPI – inteligência e dados

Editais de fomento (BNDES, FINEP)

MDIC; MS; MEC; MD; MRE

Tecnologias verdes e região amazônica

SEBRAETEC, ELLs e IGs

EIXO 2 - Disseminação, capacitação e fomento

Material educativo; eventos

Capacitação (básica a avançada)

Prêmios, chamadas, publicações, plataformas

Campanhas públicas; inclusão e diversidade

PI na Educação básica

EIXO 3 - Governança e Fortalecimento Institucional

Medidas administrativas do INPI (simplificação, qualidade e agilidade nos exames, orçamento)

Capacitação servidores

Workshops servidores

Grupos Técnicos temáticos no GIPI; governança



Perfil geral das entregas

EIXO 4 – Marcos legais infralegais

Encaminhamentos GT de Normativos (CP;TPS)
Estudos e benchmarks
Debates e oficinas
Processos INPI
SEPs e FRAND

EIXO 5 - Observância e Segurança Jurídica

Difusão no Judiciário (cursos, workshops, eventos)
Estudo sobre litigância
Medidas CNCP (institucionais; diretório de marcas, IGs; estudos e capacitações; 404; selo e -commerce)

EIXO 6 Inteligência e Visão de Futuro

Vitrine NITS
Estudos estratégicos aplicados (CNDI)
Atualizações dados (PINTEC)
Dados setor farmacêutico
Negócios em tecnologias verdes

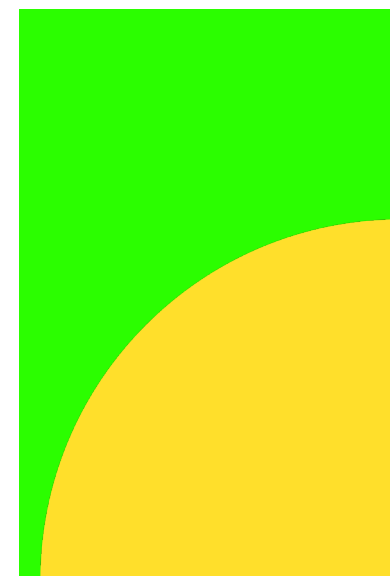
EIXO 7 – Inserção no sistema global de PI

Cooperação técnica entre escritórios
Iniciativas INPI na América Latina
Benchmarks e troca de experiências
Estudos e debates (Lisboa, recursos genéticos)
Difusão de PI para exportadores (INPI, MDIC, APEX)





ANÚNCIOS GERAIS



**GRUPO INTERMINISTERIAL DE
PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
COMÉRCIO E SERVIÇOS**

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

